



INSTITUTO
FEDERAL
Alagoas

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES AUDITORIA INTERNA

RAINT 2020





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA
AUDITORIA INTERNA

SUMÁRIO

Introdução	01
Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de Auditoria Interna, conforme o Paint, realizados, não concluídos e não realizados.....	03
Quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de Auditoria Interna realizados sem previsão no Paint	04
Quadro demonstrativo do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas e as implementadas com prazo expirado na data de elaboração do Raint.....	06
Descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da Unidade de Auditoria Interna e na realização das auditorias	18
Quadro demonstrativo das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de auditores capacitados, carga horária e temas.....	19
Análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos do Órgão ou da Entidade, com base nos trabalhos realizados.....	21
Quadro demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de Auditoria Interna ao longo do exercício por classe de benefícios.....	25
Análise consolidada dos resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ	27
Considerações Finais.....	30

1. INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Instrução Normativa (IN) nº 09, de 11 de outubro de 2018, da Controladoria-Geral da União (CGU), a Unidade de Auditoria Interna Governamental (Audint) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (Ifal), no cumprimento de suas atribuições, apresenta o seu Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint), referente ao exercício 2019.

A Audint do Ifal é órgão singular que exerce atividade de auditoria interna governamental no Poder Executivo Federal e atua como auxiliar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (SCI), prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram. Está organizada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da gestão e racionalizar as ações de controle, bem como adicionar valor e melhorar as operações institucionais, exercendo atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, em conformidade com a IN nº 03/2017 da CGU.

Este Raint apresenta as informações sobre a execução do Raint/2019 e traz a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos desenvolvidos pela Audint, inclusive de monitoramento às ações desenvolvidas em anos anteriores.

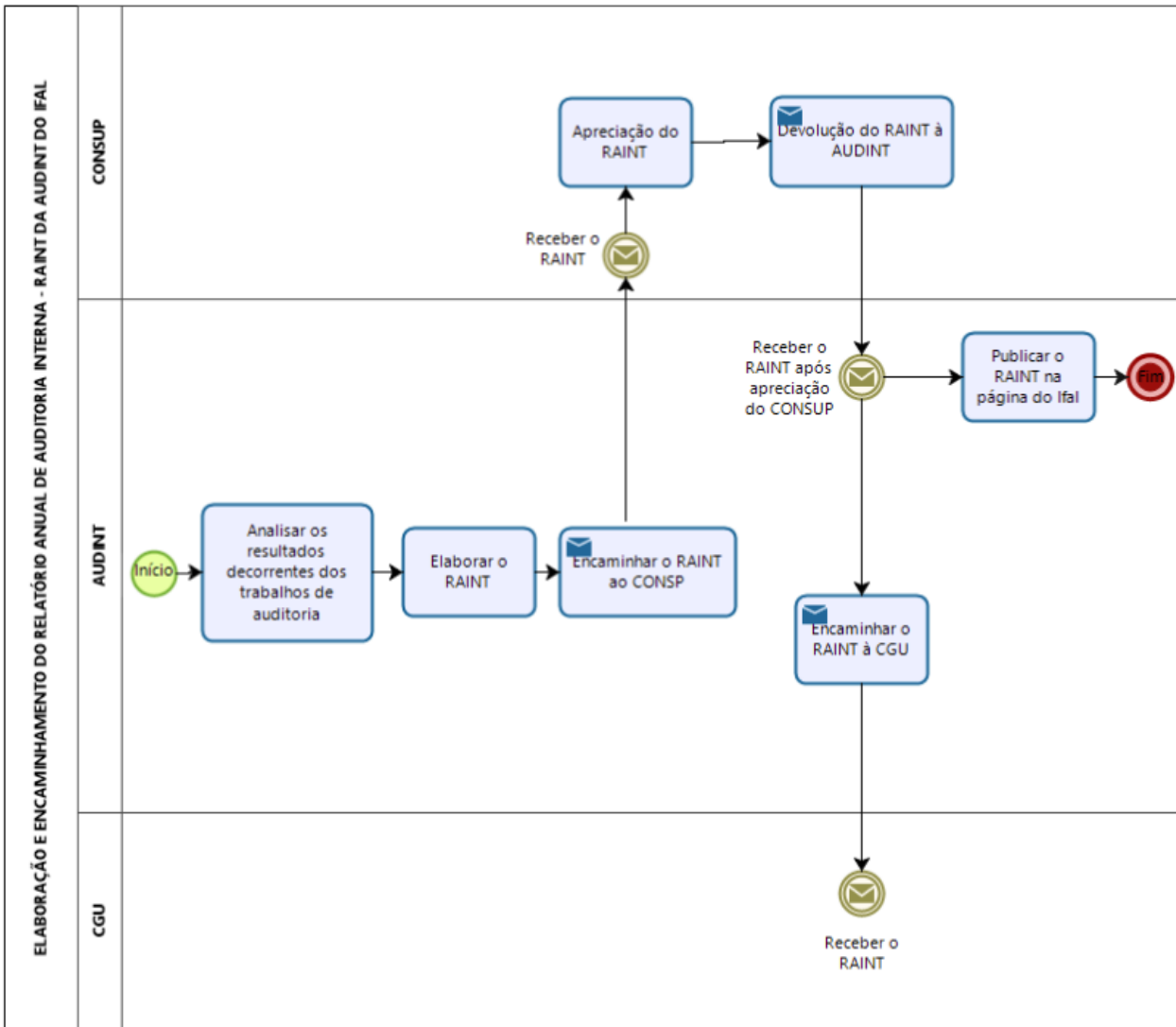
A estrutura do Raint é definida pelo art. 17 da IN nº 09/2018, que exige como elementos mínimos Art. 17. O RAINTE conterá, no mínimo:

- I - quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna, conforme o PAINT, realizados, não concluídos e não realizados;
- II - quadro demonstrativo do quantitativo de trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT;
- III - quadro demonstrativo do quantitativo de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as finalizadas pela assunção de riscos pela gestão, as vincendas, e as não implementadas com prazo expirado na data de elaboração do RAINTE;
- IV - descrição dos fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da unidade de auditoria interna e na realização das auditorias;
- V - quadro demonstrativo das ações de capacitação realizadas, com indicação do quantitativo de auditores capacitados, carga horária e temas;
- VI - análise consolidada acerca do nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos do órgão ou da entidade, com base nos trabalhos realizados;
- VII - quadro demonstrativo dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da unidade de auditoria interna ao longo do exercício por classe de benefício; e,
- VIII - análise consolidada dos resultados do Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade - PGMQ.

Além dos elementos mínimos, a IN CGU nº 09/2018 regulamenta, também, o processo de elaboração e aprovação do Raint.

Assim, esse Relatório busca, no cumprimento do normativo que o disciplina, explicitar os resultados decorrentes dos trabalhos da Audint no ano de 2019.

Figura 1. Mapa do Processo de Elaboração e Aprovação do Raint do Ifal, conforme IN nº 09/2018



2. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA, CONFORME O PAINT, REALIZADOS, NÃO CONCLUÍDOS E NÃO REALIZADOS

Os trabalhos de auditoria interna, realizados no exercício 2019, seguiram o Plano Anual de Auditoria Interna – Paint/2019, analisado, previamente, pela CGU/AL, e devidamente aprovado pelo Conselho Superior, nos termos da Resolução nº 28/CS/2018, de 19 de dezembro de 2018.

Foi previsto um total de 15 ações de auditoria para o exercício. Desta previsão, a equipe conseguiu cumprir 100% das ações, restando apenas duas delas em fase de encerramento.

Quadro 1. Trabalhos de Auditoria Interna realizados conforme o Paint 2019

Ação	Conclusão
Elaboração do Raint 2018	Mar/2019
Monitoramento às Obras de Expansão e Reestruturação	Dez/2019
Gestão Financeira e Orçamentária	Não concluído
Acompanhamento/Assessoramento às determinações dos órgãos de Controle	Decorrer do ano
Patrimônio e Almoxarifado	Dez/2019
Processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades e análise de contratos	Dez/2019
Reserva Técnica – Fortalecimento da gestão/Consultas pela gestão	Decorrer do ano
Elaboração do Paint	Outubro/2019
Reuniões	Decorrer do ano
Gestão das atividades finalísticas do Ifal	Jan/2020
Gestão de controles de PAD e Sindicâncias	Jan/2020
Sustentabilidade Ambiental	Fev/2020
Análise SCDP	Não concluído
Avaliação das Metas Institucionais do PDI	Dez/2019
Avaliação e gerenciamento de riscos da gestão	Mar/2020

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios de Auditoria Interna do Ifal.

O atraso na finalização de algumas Ações deu-se pelo atraso no início delas, dado o momento de transição da gestão do Ifal, bem como devido ao não cumprimento, pelas áreas, dos prazos indicados nas Solicitações de Auditoria. Ainda assim, a equipe da Auditoria Interna optou por realizar todos os trabalhos previstos no Paint, mesmo que concluindo-os em 2020. Essa decisão deu-se pela priorização pelo atendimento ao aprovado pelo Conselho Superior do Ifal, sem prejuízo para nenhum tema.

Todos as Ações foram iniciadas e, mesmo as não concluídas, tiveram seus Relatórios Preliminares encaminhados aos gestores, restando pendente a resposta da gestão para consolidação e elaboração do Relatório Final , quando da finalização deste Raint.

3. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT

A Audint previu a ação “Reserva Técnica – Fortalecimento da gestão/Consultas pela gestão”, no Paint 2019, cujo objetivo era realizar ações para atender a determinações ou solicitações dos gestores ou quaisquer outros eventos não previstos no planejamento.

Nesse escopo, a Audint realizou as seguintes ações sem previsão específica no Paint 2019:

Quadro 2. Trabalhos realizados pela Auditoria Interna sem ter havido previsão no Paint 2019

Ação	Documento
Bens ociosos: Existência de aparelho de raio x odontológico ocioso no Campus Maceió	Nota de Auditoria nº 01/2019 de 01/08/2019
Análise do reajuste e prorrogação de vigência de contrato de prestação de serviços de link de internet	Nota de Auditoria nº 02/2019 de 14/08/2019
Análise do processo de pagamento de colaboradores da Rede E-tec Brasil/Ifal por serviços prestados	Nota de Auditoria nº 03/2019 de 20/09/2019

Fonte: Elaboração própria a partir das Notas de Auditoria Interna do Ifal.

Também foi executado pela Audint o monitoramento dos sistemas Trilhas de Pessoal e Monitor, ambos da CGU, bem como e-Pessoal do TCU, buscando a interlocução com a gestão, assessorando na construção das respostas e sua inserção nos sistemas.

Ainda, visando agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, a Auditoria realizou serviços de natureza de consultoria. Esses serviços, conforme a IN nº 03/2017, consistem em

O serviço de consultoria é uma atividade de auditoria interna governamental que consiste em assessoramento, aconselhamento e **outros serviços relacionados fornecidos à alta administração com a finalidade de respaldar as operações da unidade**. Em regra, é **prestado em decorrência de solicitação específica do órgão ou da entidade da Administração Pública Federal**, ou ainda de órgão ou colegiado interministerial com competência para avaliação e monitoramento da ação governamental ou com papel de fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos do Poder Executivo Federal. Os trabalhos de consultoria **devem abordar assuntos estratégicos da gestão**, e sua natureza e seu alcance, acordados previamente. (grifo nosso)

No entanto, por serem ainda iniciais, as atividades de consultoria não estão adequadamente regulamentadas na instituição. Não foram previstas, no Paint 2019, nem foram documentadas quanto à pactuação e quanto ao monitoramento. Trata-se de atividades desenvolvidas sob demanda da gestão ou após percepção dos auditores durante as atividades de avaliação.

Sendo assim, registra-se que a Auditoria Interna se encontra em estágio inicial quanto à realização de atividades de consultoria, atuando de forma mais preventiva e esporádica. No entanto, com o avanço de normativos e entendimentos, e com o amadurecimento desse tipo de serviço nas instituições públicas, a partir de 2020 a Audint do Ifal estabelecerá fluxos quanto à formalização do registro das atividades de consultoria e quanto ao seu monitoramento.

Sem que haja prejuízo à instituição, e para que haja fidedignidade no registro das atividades realizadas pela Audint do Ifal no ano de 2019, cabe a descrição da realização de atividades de natureza de consultoria classificadas por tipo:

a) Treinamento

A Audint atuou com atividades que podem ser identificadas como treinamento, na condução de palestras em duas ocasiões:

a) Na reunião de planejamento para o ano 2020, ocorrida em 12/11/2019, no auditório Oscar Sátyro, Campus Maceió, quando a auditora Marília Matsumoto proferiu palestra com o tema “Os Desafios da Governança na Gestão Pública”;

b) Na 37ª Reunião do Fórum Permanente de Assistência Estudantil (Forpae), ocorrida em 12/12/2019, na sala de reunião dos Conselhos, Reitoria, quando a auditora Marília Matsumoto proferiu palestra com o tema "Controles Internos na Assistência Estudantil".

Além disso, desde julho de 2019, a Unidade de Auditoria Interna tem publicado, mensalmente, no site do Ifal, o Boletim Informativo — uma compilação com as principais normas lançadas naquele mês, bem como vídeos, artigos e sugestões de capacitações sobre temas relativos à Administração Pública.

b) Facilitação

A Audint tem atuado com facilitação na participação em reuniões com os gestores responsáveis pela implementação da Gestão de Riscos e da Gestão da Integridade no Ifal, bem como, na atuação junto à Comissão de Sustentabilidade.

4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO, BEM COMO AS FINALIZADAS PELA ASSUNÇÃO DE RISCOS PELA GESTÃO, AS VINCENDAS E AS NÃO IMPLEMENTADAS COM PRAZO EXPIRADO NA DATA DE ELABORAÇÃO DO RAIINT

As ações de Auditoria realizadas em 2019 resultaram em recomendações, a partir das constatações, que objetivam o aprimoramento dos processos de gestão.

Algumas das recomendações já foram implementadas em curto prazo. Para a maior parte delas, no entanto, os gestores indicaram providências de médio ou longo prazo, que serão objeto de monitoramento por esta Auditoria Interna.

Quadro 3. Situação das Recomendações emitidas pela Auditoria Interna do Ifal

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Maceió	Durante trabalho de campo realizado no Campus Maceió foi localizado aparelho de Raio-X odontológico, ainda embalado pelo fornecedor, sob a guarda e	Encaminhar o objeto ao campus demandante.	O equipamento já foi enviado ao Campus Palmeira dos Índios desde o dia 10/07/2019.
Campus Maceió	no Setor Médico Odontológico do campus, contudo, sem ser utilizado.	Recomendamos o aperfeiçoamento dos controles internos relativos à gestão patrimonial da instituição, a fim de que a situação apontada – não utilização de equipamento, enquanto há demanda em outra unidade – não volte a ocorrer.	Em monitoramento.
Campus Arapiraca	Não existem evidências que comprovem a conclusão da iniciativa na plataforma Geplanes, bem como nas informações disponibilizadas a essa Audint.	Recomendamos a inserção no Geplanes de: relatórios e avaliações de projetos, registros fotográficos, registros de medições, série histórica do consumo de água e energia que comprovem a conclusão das iniciativas e o atingimento das metas previstas pelo Campus.	Em monitoramento.
	Não adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética (Procell EPP).	Recomendamos que a Gestão envie esforços no sentido da adesão aos programas Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética (Procell EPP), de forma a otimizar a gestão administrativa e contribuir para o uso mais racional dos recursos naturais, agregando economia aos cofres públicos e gerando benefícios para o meio ambiente e para a sociedade.	Em monitoramento.
	Não definição de competências, de procedimentos, processos, fluxogramas, mecanismos de	Recomendamos que a Gestão envie esforços no sentido de aderir a práticas sustentáveis e atingir os	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Arapiraca	controles e manual, associados à sustentabilidade.	objetivos estabelecidos no Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ifal (2014-2018).	
	Falhas de natureza construtiva após recebimento da obra	A recomendação da Unidade de Auditoria Interna é para que a gestão do Campus Arapiraca adote todas as medidas, com fundamentos em todo arcabouço normativo já destacados neste relatório, para salvaguardar o cumprimento da garantia quinquenal.	Em monitoramento.
Campus Maceió	Necessidade de ajustes nos editais de programas ofertados por meio da Política de Assistência Estudantil do Ifal.	Recomendamos a inclusão, nos próximos editais de seleção para os Programas ofertados por meio da Política de Assistência Estudantil do IFAL, de informações relativas à: previsão dos valores das bolsas/auxílios, vigência do recebimento – indicando data de início e de término, datas prováveis de pagamento das bolsas e auxílios, condições de possibilidade e impossibilidade de acúmulo de bolsas e auxílios, as responsabilidades do assistido e informações sobre os dispositivos de avaliação que o IFAL deverá utilizar para acompanhar o discente, bem como outras que a gestão julgue pertinentes.	Em monitoramento.
	Inexistência ou desatualização de informações publicadas no site.	Recomendamos a atualização do site oficial do Campus Maceió. Essa recomendação, não só é inspirada pelas diretrizes da Lei de Acesso à Informação, como tem respaldo no Acórdão nº 8131/2019 – TCU – 1ª Câmara, no qual o órgão de Controle Externo estabelece que se “adote medidas para que as informações publicadas em seus portais na rede mundial de computadores atendam aos atributos de primariedade, integralidade, atualidade, disponibilidade, autenticidade e granularidade, em conformidade com a Lei 12.527/2011”. Desta maneira, faz-se necessária a adequação do site institucional alimentando-o com informações completas e atualizadas a fim de garantir a transparência e permitir o Controle Social.	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Maceió	Inconsistências nos horários dos docentes.	Recomendamos, nos termos do Acórdão 2729/2017 – TCU – Plenário que determina “(...) ao Ministério da Educação que oriente as Instituições Federais de Ensino Superior-IFES acerca da necessidade de 9.9.1. divulgarem ao público, em seus respectivos sítios na internet, as atividades vigentes de ensino, pesquisa e extensão dos professores, em consonância com o art. 3º da Lei 12.527/2011”, e salvo os casos em que a legislação preserva o sigilo das informações, que sejam divulgados os horários atualizados dos docentes, bem como, quando for o caso, que sejam informados os motivos para o cumprimento de jornada diferenciada, bem como, nos casos de afastamentos, sejam informados se houve ou não a contratação de substituto, a fim de proporcionar a transparência e possibilitar o Controle Social, nos termos das normas vigentes e das melhores práticas.	Em monitoramento.
		Recomendamos que sejam indicados os motivos para que os docentes relacionados estejam ministrando aulas em turmas diferentes e/ou de disciplinas diferentes, concomitantemente.	Em monitoramento.
	Inexistência de documento institucional com definição de ações para melhoria dos indicadores acadêmicos	Recomendamos que os gestores formalizem e deem publicidade ao planejamento de curto e médio prazo do Campus Maceió, apontando os objetivos, as metas, os riscos mapeados, bem como a forma de monitoramento e as ações estratégicas do campus em busca dos melhores resultados, tanto na oferta de um serviço de qualidade, buscando sempre a permanência e o êxito dos discentes, como na utilização eficiente dos recursos. Esse planejamento deve estar alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAL (PDI 2019-2023) e às metas do Plano Nacional de Educação (PNE).	Em monitoramento.
		Recomendamos a implantação e/ou adequação dos controles internos dos sistemas que reúnem	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Maceió		informações dos discentes, para que estes estejam sempre dispondo de dados atualizados e completos, a fim de garantir que a assistência estudantil tenha acesso às informações necessárias para acompanhar a permanência e o desempenho dos discentes.	
	Inexistência de instrumento normativo atualizado que regule as atividades relacionadas à Diretoria de Ensino e à Diretoria de Apoio Acadêmico.	Recomendamos que os procedimentos e instruções operacionais sejam mapeados e registrados em normativos internos e fluxos, de forma a obter ganhos de escala e eficiência. Tais documentos devem definir com clareza as responsabilidades e competência dos servidores envolvidos nos processos. Quando da publicação desses documentos, recomendamos que sejam amplamente discutidos e divulgados entre a comunidade acadêmica.	Em monitoramento.
	Inexistência de formalização de gestão de riscos de não atingimento dos objetivos e de sistematização dos controles internos adotados para tratá-los.	Recomendamos que o Campus Maceió proceda à estruturação, sistematização e implementação de um processo de avaliação de riscos no seu planejamento por meio da utilização de métodos, técnicas e ferramentas de apoio para identificação, avaliação e implementação de respostas a esses riscos.	Em monitoramento.
	Falhas no Programa de Assistência Estudantil apontadas pelos discentes.	Recomendamos que o Campus Maceió, avalie os processos do Programa de Assistência Estudantil, especificamente, quanto às dificuldades apontadas pelos discentes bolsistas na entrevista realizada com estes.	Em monitoramento.
	Identificados alunos ativos em um dos sistemas e registrados como não matriculados em outros.	Recomenda-se ao gestor a atualização dos dados acadêmicos, conforme os prazos previstos para alimentação nos diversos sistemas – Sistec, Nilo Peçanha e Educasenso, Sigaa, possibilitando a análise tempestiva dos índices, propiciando um efetivo planejamento e alcance das metas.	Em monitoramento.
	Ausência de informações quanto à aprovação e reprovação, transferências externas e internas, trancamentos e reabertura de matrícula,	Recomenda-se que a gestão atualize os dados de aprovação e reprovação, transferências externas e internas, trancamentos e reabertura de matrícula, desistentes e evadidos e	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Maceió	desistentes e evadidos.	que sejam indicadas as respectivas datas de ingresso/saída/repetência série/turma/curso.	
	Matrículas canceladas em 2018, recebendo do Programa de Assistência Estudantil.	Recomenda-se que sejam verificadas as datas do cancelamento de matrículas e, caso os discentes tenham recebido valores quando já desligados da instituição, providenciar a devolução ao erário dos valores pagos.	Em monitoramento.
	Inconsistências quanto ao controle do curso, nas folhas de pagamento das bolsas/auxílios.	Recomenda-se que sejam verificadas as datas do cancelamento de matrícula e recebimento duplicado e, caso se configure pagamento indevido, providenciar a devolução ao erário.	Em monitoramento.
		Recomenda-se a análise, atualização e justificativas para os casos citados quanto aos Processos de seleção para o Programa de Assistência Estudantil.	Em monitoramento.
	Alunos registrados como matriculados em 2018 e 2019, bolsistas, no entanto, não constam no Sistec.	Recomenda-se que a conferência dos dados em sistemas diferentes que devem registrar as mesmas informações, de modo que sejam correspondentes e atualizadas.	Em monitoramento.
	Substituição de bolsas/auxílios sem justificativa.	Recomenda-se análise do edital e seleção a qual o discente foi selecionado para possível atualização/correção.	Em monitoramento.
		Recomenda-se que possíveis mudanças de bolsas/auxílios sejam devidamente justificadas e que estejam em consonância com os respectivos editais.	Em monitoramento.
	Fragilidades nos mecanismos acompanhamento dos discentes bolsistas.	Recomenda-se a gestão realize ações efetivas de acompanhamento da aprendizagem dos alunos bolsistas e não bolsistas.	Em monitoramento.
		Recomenda-se que os docentes realizem atualização diária das frequências dos discentes no Sigaa, possibilitando o acompanhamento da aprendizagem, com vistas a garantir a eficácia, eficiência e efetividade do PAE.	Em monitoramento.
	Discentes na condição de abandono, desistência, transferência externa, no entanto, conforme SIAFI, com recebimento de bolsas.	Recomendamos que a gestão realize ações que permitam o acompanhamento de frequência, bem como das folhas de pagamento e ordens bancária das bolsas/auxílios.	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
		Recomenda-se que a gestão analise as frequências, folhas de pagamento e ordens bancárias evitando-se pagamentos indevidos.	Em monitoramento.
	Duplicidades de pagamentos de bolsas e auxílios.	Recomenda-se que a gestão verifique os pagamentos e ordens bancárias para possíveis devoluções ao erário.	Em monitoramento.
Multicampi	Ausência de definição clara das competências dos responsáveis pela gestão ambiental do Campus.	Que a instituição crie em sua estrutura administrativa uma área (setor/coordenação/departamento) de gestão ambiental com manual de rotinas e fluxogramas, bem como, defina as competências dos responsáveis.	Em monitoramento.
	Inexistência de manual de rotinas e fluxogramas referentes à gestão ambiental.		
	Inexistência de área (setor/coordenação/departamento) de gestão ambiental na estrutura administrativa do Campus.		
	Pouco conhecimento da comunidade escolar das normas ambientais.	Divulgação à comunidade escolar nas normas ambientais.	Em monitoramento.
	Não identificação dos processos e das atividades mais críticas quanto à gestão ambiental.	Implementar uma estrutura de governança e gerenciamento de riscos para informar, dirigir, administrar e monitorar as atividades e processos relacionadas à gestão ambiental, visando alcançar os objetivos estabelecidos.	Em monitoramento.
	Inexistência de mapeamento da probabilidade de ocorrência e/ou do impacto dos riscos ambientais.	Promover a capacitação de servidores sobre controles internos, gestão de riscos e governança.	Em monitoramento.
	Falta de interação com as áreas envolvidas com aquisição de bens e serviços (área requisitante, Coordenadoria de Licitações e Contratos).	Procurar adotar critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras.	Em monitoramento.
		Promover capacitação dos servidores quanto aos critérios ambientais.	Em monitoramento.
Não estabelecimento de convênios e parcerias com outros órgãos públicos ou privados para a promoção de ações de sustentabilidade conjuntas.	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor privado e do setor público, com intuito de promover ações de sustentabilidade conjuntas.	Em monitoramento.	

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Multicampi	Não realização de avaliações periódicas para assegurar que operações, processos e atividades desenvolvidas cumpram com regulamentos, políticas, procedimentos ou outros requisitos relacionados às questões de sustentabilidade.	Implementar controles internos que possibilitem acompanhar/monitorar as atividades, planos e ações referentes as questões de sustentabilidade.	Em monitoramento.
	Inexistência de mecanismos para monitorar os indicadores e metas previstos no Plano Estratégico Institucional relacionados à Sustentabilidade Ambiental.	A inserção no Geplanes de: relatórios e avaliações de projetos, registros fotográficos, registros de medições, série histórica do consumo de água e energia que comprovem a conclusão das iniciativas e o atingimento das metas previstas pelos Campi.	Em monitoramento.
	Não adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética (Procell EPP).	Aderir os programas Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética (Procell EPP), de forma a otimizar a gestão administrativa e contribuir para o uso mais racional dos recursos naturais, agregando economia aos cofres públicos e gerando benefícios para o meio ambiente e para a sociedade.	Em monitoramento.
PRDI - Planejamento	Ausência de objetividade nas ações propostas que indiquem aos gestores o que estes devem cumprir, bem como garantam o monitoramento e a avaliação do seu cumprimento.	Diante das dificuldades para entender os objetivos, indicadores e ações, recomendamos que o Ifal, sempre que elaborar seu planejamento estratégico, estabeleça de maneira clara e inequívoca, quais os objetivos estratégicos perseguidos ou priorizados, assim como quais as ações planejadas pela entidade para o atingimento desses objetivos, traçando o alinhamento entre as ações e os objetivos estratégicos. Inclusive, considerando, a busca por melhorias em seu desempenho, sobretudo no uso eficiente dos recursos.	Em monitoramento.
	Falta de parâmetros e ferramentas de acompanhamento dos objetivos.	Recomendamos que o Ifal, na execução do PDI vigente, estabeleça utilize mecanismos de avaliação e monitoramento do alcance dos objetivos. Esse mecanismo, inclusive, pode ser o já utilizado (Geplanes) desde que constem dados completos, tempestivos, oportunos e padronizados	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
PRDI - Planejamento		, além de informações complementares e metodologia de cálculo.	
		Além disso, recomendamos que apresente, em seus próximos relatórios de gestão, além dos indicadores relacionados à Decisão 408/2002-TCU-Plenário, os principais indicadores vinculados às metas estabelecidas para atingir os objetivos estratégicos planejados pela entidade para o exercício financeiro de referência, avaliando se os resultados buscados foram efetivamente alcançados; e faça a adequada e necessária vinculação entre os indicadores de desempenho planejados para o exercício de referência e as ações planejadas e desenvolvidas para atingir seus objetivos estratégicos para o mesmo exercício, conforme previsto em seu plano estratégico.	Em monitoramento.
		Recomendamos, ainda, que o Ifal elabore Plano Operacional como parte do planejamento de suas ações, no qual fiquem definidas as ações previstas no Plano Estratégico e no PDI que serão realizadas ou priorizadas no exercício financeiro a que se refere.	Em monitoramento.
	Ausência de orientação e pouca estrutura com respeito a riscos e controles.	Recomendamos que o Ifal proceda ao mapeamento dos riscos relacionados a seus objetivos estratégicos, indicando soluções e os responsáveis pelo tratamento destes.	Em monitoramento.
PROAD	Não foram realizados: Estudos Preliminares e Gerenciamento de Risco.	As contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração. Desta forma, recomendamos, com base no documento que formaliza a demanda a equipe de Planejamento da Contratação deve realizar os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes do Anexo III da IN 05/2017 SEGES/MPDS.	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
PROAD		As contratações devem ser precedidas do Gerenciamento de Risco de forma a reduzir ao mínimo possível os impactos dos riscos. Desta forma, recomendamos a realização do Gerenciamento de Risco com base no Anexo IV da IN SEGES/MP nº 05/2017.	Em monitoramento.
	Não há no processo justificativa fundamentada com memória de cálculo dos novos quantitativos requisitados pela Reitoria e Campi.	Face à constatação, recomendamos que a Gestão envie esforços no sentido de estimar os quantitativos a contratar, que os mesmos sejam acompanhados de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, cumprindo o que reza o Art. 24, inciso IV, da IN SEGES/MP nº 05/2017.	Em monitoramento.
	Não há comissão/servidor formalmente designado para o acompanhamento do fornecimento de água mineral.	Diante da constatação, recomendamos o acompanhamento da execução do objeto por servidor, na condição de Fiscal do Contrato, e um substituto, aos quais compete acompanhar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e o item 5.1.4 do Termo de Referência.	Em monitoramento.
Campus Satuba	Não há comissão/servidor formalmente designado para o acompanhamento do fornecimento de água mineral.	Diante da constatação, recomendamos o acompanhamento da execução do objeto por servidor, na condição de Fiscal do Contrato, e um substituto, aos quais compete acompanhar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme determina o art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e o item 5.1.4 do Termo de Referência.	Em monitoramento.
	Não consta, no processo, justificativa fundamentada para o aumento do quantitativo da aquisição de água mineral	Diante da situação constatada, recomendamos que a Gestão apresente a esta Audint os testes que comprovam a contaminação da água do Campus Satuba.	Em monitoramento.

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Campus Satuba	Informação prestada, durante a verificação in loco, sobre a possibilidade de contaminação da água.	Diante da situação constatada, recomendamos que a Gestão apresente a esta Audint os testes que comprovam a contaminação da água do Campus Satuba.	A Gestão informou que a água não se encontra contaminada, apresentando um laudo certificando que a água do Campus Satuba é potável.
	Não atendimento às recomendações relatadas no Relatório de Auditoria Interna 08/2018.	Diante da situação constatada, recomenda-se: a reparação do piso onde os caldeirões estão instalados e as instalações dos medidores de água e de energia.	Em monitoramento.
	Equipamentos sem uso.	Recomenda-se aos gestores que adotem medidas e procedimentos para a instalação dos equipamentos ou outras alternativas viáveis – evitando assim, a sua obsolescência ou inutilidade. Permitindo, desta forma, que exerçam a função para os quais foram adquiridos.	Em monitoramento.
	Extintor de incêndio em local inadequado e sem devida sinalização.	Recomenda-se aos gestores que adotem providências para a manutenção, recarga, localização e sinalização de extintores conforme disposto na NR-23.	Em monitoramento
Corregedoria	Não atendimento de metas estabelecidas nos normativos	Esta Audint acompanhará o cumprimento das metas estabelecidas nos normativos (Portaria nº 1.683, de 27 de junho de 2018) e no planejamento da Corregedoria, inclusive, considerando a contabilização de benefícios, nos moldes da Portaria nº 4.104, de 23 de dezembro de 2019, recomendando, sempre que possível, medidas que contribuam com uma maior eficiência das atividades.	Em monitoramento
	Limitações na estrutura do ambiente organizacional da Corregedoria	Recomendamos que o Ifal providencie estrutura adequada à Corregedoria, a fim de garantir sua efetiva atuação, considerando, principalmente, a necessidade de investir na segurança para garantir o sigilo dos processos.	Em monitoramento
	Inexistência de material que oriente as comissões	Esta Audint acompanhará a elaboração dos normativos que regulamentem a atividade de correição no Ifal. Tal recomendação tem por objetivo vincular os documentos a ganhos de	Em monitoramento

Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Corregedoria		eficiência e eficácia.	
PROAD e Multicampi	Inexistência de registro de conformidade de gestão.	Recomendamos que a gestão providencie os ajustes necessários ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos nos normativos quanto à conformidade de gestão.	Em monitoramento
	Pagamentos de Juros de Mora e Multas Indedutíveis.	Recomendamos que a gestão adote procedimentos para que pagamentos com acréscimos de juros e de multas indedutíveis sejam evitados.	Em monitoramento
	Não há procedimentos patrimoniais nem contábeis referentes à depreciação e amortização de bens.	Recomendamos a realização dos procedimentos patrimoniais (depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável), transferências, bem como, os procedimentos contábeis de conciliações e lançamentos sintéticos de ajustes, se for o caso.	Em monitoramento
	Não atendimento à IN 02/2016 que trata da observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações.	Recomendamos que a gestão envide esforços para o cumprimento das exigências estabelecidas na IN 02/2016 e estabeleça uma uniformização de procedimentos para tal cumprimento.	Em monitoramento
	Não conciliação dos saldos que constam no RMA (Relatório Mensal de Almoxarifado), RMB (Relatório Mensal de Bens) e SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).	Recomendamos que os ajustes necessários para a conciliação dos saldos constantes no RMA (Relatório Mensal de Almoxarifado), RMB (Relatório Mensal de Bens) e SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) sejam realizados.	Em monitoramento
	Ocorrência de Restos a Pagar não Processados a Liquidar.	Recomendamos que se evite a prorrogação perene dos instrumentos que amparam a manutenção dos restos a pagar inscritos na condição de não processados a liquidar.	Em monitoramento
	Ocorrência de Restos a pagar não processados a liquidar sem condições de validade	Averiguar a condição de validade dos empenhos com mais de 02 (dois) anos da inscrição em RPNP, e proceder ao cancelamento de RPNP em caso de prescrição da validade ou ausência de instrumento legal de prorrogação.	Em monitoramento

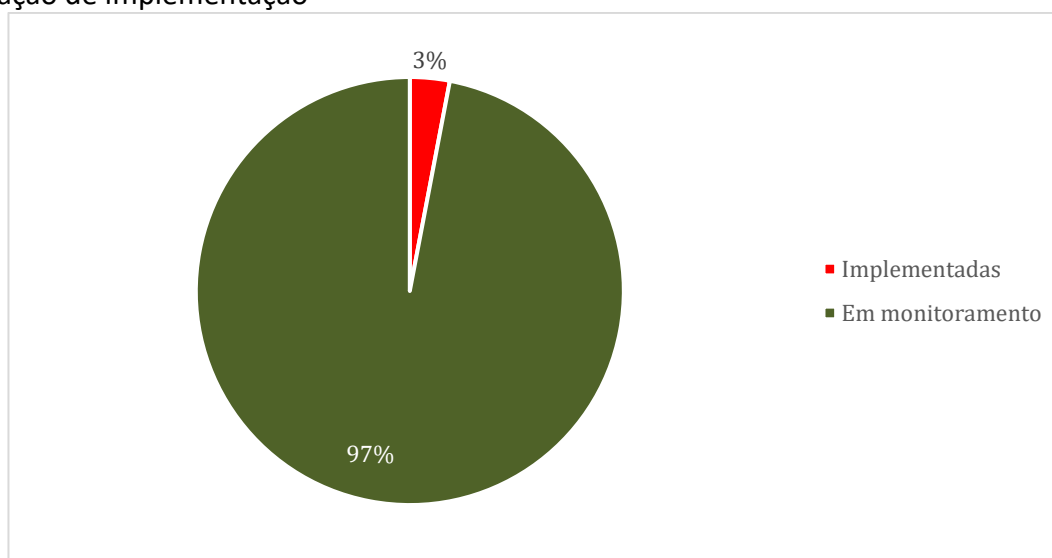
Unidade	Constatação	Recomendação	Situação
Reitoria e Multicampi	Solicitação de Diárias e Passagens em desacordo com os prazos legais	Que os servidores sejam orientados a cumprir os prazos de solicitação de diárias e os prazos de prestação de contas, proporcionando desta forma o alcance dos objetivos com eficiência e eficácia;	Em monitoramento
	Prestação de contas fora do prazo.		Em monitoramento
	Solicitação de diárias sem a devida justificativa	Recomendamos o cumprimento dos normativos vigentes, a fim de fortalecer os controles internos;	Em monitoramento
	Atraso no pagamento de diárias.	Sugere-se o aperfeiçoamento dos controles internos, de modo que as solicitações de diárias e passagens sejam autorizadas mediante a disponibilidade de recursos financeiros para as viagens;	Em monitoramento
	Passagem aérea: Valor pago não foi o menor preço.	Recomenda-se o cumprimento do normativo, de modo a emitir passagem aérea com o menor preço, atendendo ao princípio da economicidade.	Em monitoramento

Fonte: Relatórios de Auditoria 2019

Assim, tem-se que do total de 68 (sessenta e oito) recomendações decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna, duas delas já foram implementadas imediatamente, tendo os gestores auditados encaminhado, inclusive, comprovantes que evidenciam o cumprimento ao recomendado.

Quanto às demais 66 (sessenta e seis) recomendações, embora tenham havido manifestações quanto a adoção de providências para atender a diversas delas, não foram encaminhados comprovantes que evidenciem o seu atendimento, bem como não foi realizado, ainda, o monitoramento por esta Auditoria Interna. Permanecem, portanto, em monitoramento até que seja constatado o seu cumprimento.

Gráfico 1. Percentual das recomendações decorrentes dos relatórios de Auditoria Interna quanto à situação de implementação



Fonte: Relatórios de Auditoria 2019

5. DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

O ano de 2019 foi marcado por diversas e profundas mudanças na Administração Pública, no Ifal e na Unidade de Auditoria Interna.

Inicialmente, cabe destacar que as medidas econômicas do primeiro ano do atual governo repercutiram nas instituições, e no Ifal não foi diferente. Em 30 abril de 2019, foi publicada a Portaria nº 1.235/GR, com medidas de contenção de despesas, racionalizando gastos públicos com uso da frota, realização de eventos integradores, visitas técnicas, capacitações e congressos. Em nota divulgada à comunidade acadêmica, a Reitoria do Ifal indicou que “orçamento total do Ifal para 2019 totalizava R\$ 50.304.901, dos quais 36,89% foi bloqueado nesse período. Metade do valor bloqueado foi liberado, apenas, no final do mês de setembro”. Tais medidas impactaram na realização de capacitações e de verificações in loco nos campi das cidades distantes da capital, uma vez que recursos com diárias e passagens ficaram restritos durante o período em que os valores estavam bloqueados.

Ainda em 2019, houve a troca da gestão do Ifal. O reitor eleito pela comunidade acadêmica, Carlos Guedes de Lacerda, assumiu a instituição no mês de junho do referido ano. Com a mudança na direção do Ifal, apenas um membro da alta administração da gestão anterior permaneceu no mesmo cargo, os demais foram exonerados e assumiram outras áreas. No mesmo período, os gestores de 09 (nove) campi também mudaram, em decorrência de eleição para a direção-geral dos campi do Ifal. Houve um período de transição entre as gestões que repercutiu nos trabalhos de auditoria, uma vez que os novos gestores solicitaram prazos maiores para encaminharem informações ou se posicionarem sobre achados.

Também, em 2019, com a mudança da gestão do Ifal, houve a alteração da titularidade da Auditoria Interna. A gestão do Ifal indicou a servidora Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto, auditora, para ocupar a chefia. A servidora, que estava de licença capacitação até abril de 2019, teve a indicação homologada pelo Conselho Superior. Jonilson Simões de Oliveira, ocupante do cargo de contador e chefe da Audint desde 2009, retornou ao Departamento de Contabilidade.

Cabe destacar que, durante o ano de 2019, houve grande avanço na qualificação da equipe de Auditoria Interna com a conclusão do mestrado dos servidores Marília Matsumoto e Sócrates Mesquita Bomfim. Além disso, os servidores Adriana Lins, Jefferson Gerlânio e José Emiliano, seguem cursando mestrado, com previsão para conclusão em 2020 e 2021. Ainda em outubro de 2019, a servidora Silvana Kelly tirou a licença capacitação a fim de realizar curso de aperfeiçoamento no período. É importante salientar que a qualificação dos auditores é primordial para o aprimoramento do exercício da atividade de auditoria interna, e é incentivada com a concessão de afastamento parcial ou total dos servidores, ou, ainda, a adequação do horário para viabilizar o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Por fim, outro fator positivo a ser indicado foi a participação da Alta Administração na construção da matriz de riscos que originou o Paint 2020. A visão dos gestores do Ifal foi importante para a realização desta ação, pois são eles que lidam com as reais questões do dia-a-dia da instituição e possuem informações e conhecimento sobre riscos relativos às áreas auditáveis que nem sempre os auditores conseguem visualizar num primeiro momento.

6. QUADRO DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS, COM INDICAÇÃO DO QUANTITATIVO DE AUDITORES CAPACITADOS, CARGA HORÁRIA E TEMAS

No exercício de 2019 foram oportunizadas a todos os auditores pertencentes à unidade, sempre que possível e dentro da disponibilidade orçamentária da instituição, a participação em treinamentos, cursos de capacitação ou eventos. O quadro a seguir demonstra a participação dos auditores em capacitações e sua respectiva carga horária.

Quadro 4. Ações de Capacitação realizadas

Servidora capacitada: Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto			
Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Etapa I: Segurança em Auditoria, do curso Auditoria Baseada em Risco	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Mai/2019	25 h
Etapa II: Risco em Auditoria, do curso Auditoria Baseada em Risco	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Mai/2019	25 h
Controles na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Mai/2019	30 h
Sustentabilidade na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Jun/2019	28 h
Contabilização de Benefícios (Turma AGO/2019)	Enap (EAD)	Ago/2019	10 h
II Congresso Brasileiro de Auditoria e Controle Interno – COBACI 2019 (organizadora do evento)	UFPR/Curitiba-PR	Ago/2019	24 h
Seminário de Indicadores de Desempenho e de Benefícios da Auditoria Interna (organizadora do evento)	UnB/Brasília-DF	Nov/2019	07 h
Fundamentos da Integridade Pública - Prevenindo a Corrupção.	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Dez/2019	25 h
Servidor capacitado: Jefferson Gerlânio do Nascimento			
Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Controle Institucional e Social dos Gastos Públicos	Enap (EAD)	Jul/2019	30 h
Auditoria nas Licitações e Contratos	Consultre	Nov/2019	21 h
Servidor capacitado: José Emiliano dos Santos			
Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as entidades fiscalizadoras superiores	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Jun/2019	45 h
Auditoria nas Licitações e Contratos	Consultre	Nov/2019	21 h
Etapa I: Segurança em Auditoria, do curso Auditoria Baseada em Risco	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Mar/2019	25 h

Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Etapa II: Risco em Auditoria, do curso Auditoria Baseada em Risco	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Mar/2019	25 h
Sustentabilidade na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Abr/2019	28 h
Servidora capacitada: Silvana Kelly Coimbra Peixoto			
Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Gestão Escolar	Potestatem Tecnologia, Serviços e Educação Ltda (EAD)	Out/2019	270 h
Gestão de Sala de Aula - Professores	Elos Educacional (EAD)	Mai/2019	79 h
Servidor capacitado: Sócrates Mesquita Bomfim			
Capacitação	Local	Período de Realização	Carga horária
Sustentabilidade na Administração Pública	Instituto Serzedello Corrêa (EAD)	Dez/2019	28 h
Contabilização de Benefícios (Turma NOV/2019)	Escola Nacional de Administração Pública – Enap (EAD)	Nov/2019	10 h
Compras da Agricultura Familiar por Órgãos Públicos (PAA – Compra Institucional)	Ministério da Cidadania (EAD)	Jan/2019	20 h

Fonte: Certificados recebidos pelos servidores

7. ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS PROCESSOS DE GOVERNANÇA, DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

Considerando que o conceito de governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública/TCU), no tocante ao nível de maturação dos processos de governança, de gerenciamento de risco e de controles internos da instituição destaca-se a progressiva busca do Ifal em promover melhorias dos mecanismos de controle internos, reflexo de uma política administrativa cada vez mais envolvida com o fortalecimento das práticas de gestão pública.

A avaliação dos controles institucionais, pela Auditoria Interna, deu-se mediante a aplicação, durante o desenvolvimento das ações, de procedimentos específicos, na extensão julgada necessária, conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal e com base nos componentes do COSO I, quais sejam: Ambiente de Controle, Avaliação de Riscos, Atividades de Controle, Informação e Comunicação, e Monitoramento Contínuo e Específico.

Com relação à institucionalização de uma política de governança, cabe ressaltar que o Ifal, em janeiro de 2018, publicou a Resolução nº 04/CS/2018, que aprovou a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão do Instituto Federal de Alagoas. Contudo, de fato, apenas em 2019 a gestão de riscos da instituição avançou, quando foi estabelecida, a nível estratégico, a abordagem de mapeamento de riscos – no modelo matriz em formato digital. A matriz foi utilizada para nortear o planejamento da instituição no ano de 2020.

Considerando a metodologia de Auditoria Baseada em Riscos, de De Cicco (2007), que classificou a avaliação de maturidade dos riscos da instituição em:

- a) Ingênuo - Nenhuma abordagem formal desenvolvida;
- b) Consciente - Abordagem dispersa com base fundamentada;
- c) Definido - Estratégia e política implementadas e comunicadas. Apetite definido.
- d) Gerenciado - Abordagem corporativa desenvolvida e comunicada, e;
- e) Habilitado – Gestão de riscos e controles internos totalmente incorporados às operações.

Temos que o Ifal, atualmente, encontra-se num nível de maturidade em fase de transição entre a consciente e a definida, ainda em desenvolvimento e em fase de disseminação, o qual, na maioria das situações, ainda é realizado informalmente. Assim, segundo De Cicco (2007), o papel da Auditoria quando o nível de maturidade ainda não é definido é:

ajudar a melhorar os processos de gestão de riscos e governança, relatando sua avaliação de maturidade de riscos da organização à direção e ao comitê de auditoria, e promovendo a gestão de riscos em todos os trabalhos da atividade de auditoria interna, Pode também conduzir algumas tarefas de consultoria, auxiliando a direção a melhorar a maturidade de riscos da organização.

Dessa forma, o desenvolvimento dos trabalhos da Audint ao longo do exercício de 2019 tiveram por objetivo, prioritariamente, uma atuação sobre pontos considerados de maior risco no Ifal e, também, auxiliar a gestão do Ifal a melhorar a maturidade de riscos da instituição, fornecendo

avaliações independentes, focando na estrutura e no processo de gestão de riscos, em todos os níveis relevantes das atividades organizacionais, ou seja, procurando testar os aspectos sistêmicos da gestão de riscos em vez das situações específicas encontradas.

Foi possível avaliar que a informação e a comunicação da instituição, em sua maioria, está formalizada nas resoluções, formulários e portarias publicadas junto à página institucional, no entanto, a ausência de mapeamento de processos (também em fase de desenvolvimento), a necessidade de estabelecimento de fluxos e a necessidade de revisão de alguns normativos fragilizam, em alguns aspectos, a qualidade de algumas informações, bem como da comunicação que nem sempre é tempestiva, atual, precisa e acessível.

Acredita-se que o monitoramento específico, realizado pela Auditoria Interna e/ou outros órgãos de controle, tem contribuído para a melhoria dos controles internos, bem como, o monitoramento contínuo, realizado pela própria gestão, na maioria das vezes é realizado e, quando realizado, funciona, podendo ser aprimorado e melhor disseminado. Observa-se que com o mapeamento de processos e com a implantação da política de gestão de riscos (em desenvolvimento) os gargalos existentes podem ser sanados e fortalecidas as atividades de controle e de gestão do Ifal.

Destaque-se a Ação “Avaliação e Gerenciamento de Riscos da Gestão”, que consistiu na análise dos relatórios elaborados pela Auditoria Interna do Ifal no ano de 2019, construindo-se um relatório consolidado acerca dos riscos para a gestão da instituição. A cada um deles, a Auditoria Interna do Ifal indicou aos gestores auditados uma série de medidas buscando adequar as situações encontradas ao que as normas indicam ou, ainda, em busca de modelos mais transparentes, eficientes e eficazes dos processos.

A ação de monitoramento às obras de expansão e reestruturação foi realizada, pela Auditoria Interna, em um prédio já construído e entregue. A Auditoria Interna monitorou as condições do prédio já em uso, mas ainda durante o período de garantia da construção e identificou a existência de patologias no prédio falhas. Da análise da situação, e diante da negativa da construtora que executou a obra analisada, em realizar os reparos decorrentes de falhas construtivas contemplados na garantia da obra, esta Auditoria Interna entende que os riscos relacionados ao fato podem ser identificados e minimizados em futuras obras. Assim, quanto ao monitoramento às obras de expansão e reestruturação, o maior risco identificado é o não cumprimento, por parte da construtora, das cláusulas contratuais.

Da realização da ação que analisou a gestão financeira e orçamentária do Ifal, os riscos identificados referem-se: ao descumprimento dos procedimentos estabelecidos nos normativos quanto à conformidade de gestão, quanto ao cumprimento da IN 02/2016, bem como, quanto à realização de procedimentos patrimoniais – depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e quanto à conciliação dos saldos constantes no RMA (Relatório Mensal de Almoxarifado), RMB (Relatório Mensal de Bens) e SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Destacamos, ainda, os riscos envolvendo os pagamentos com acréscimos de juros e a prorrogação perene dos instrumentos que amparam a manutenção dos restos a pagar inscritos na condição de não processados a liquidar.

Da realização da ação de patrimônio e almoxarifado, a Audint identificou como pontos que podem significar riscos ao atingimento dos objetivos do Ifal, as falhas no planejamento para aquisição de máquinas e equipamentos, uma vez que quando adquiridos por vezes não são instalados, correndo

o risco de se tornarem obsoletos. Outro risco apontado pela Auditoria Interna em seu trabalho foi quanto à inadequação em relação às normas da instalação de extintores de incêndio. A Audint verificou que houve um avanço na implantação de controles internos como: sistemas integrados informatizados na gestão dos bens e assinatura de termos de responsabilidade pelos gestores, dentre outros. Bem como, há uma comissão de desfazimento de bens em fase de operacionalização. Assim, quanto à avaliação do patrimônio e almoxarifado no Ifal, os riscos identificados vão desde o planejamento das aquisições até o armazenamento das máquinas e equipamentos.

Da realização da ação que analisou processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, a partir da verificação dos contratos, a Audint identificou como maiores riscos: a ausência de estudos preliminares, com a evidenciação de memórias de cálculo, que apresentem elementos essenciais a um melhor planejamento, que proporcionem mais transparência e que viabilizem a avaliação e o monitoramento, e; ausência de designação de servidor ou comissão para a fiscalização de contratos de aquisição de bens. Ainda neste trabalho, a Audint acompanhou impropriedades identificadas em anos anteriores e detectou que a maior parte destas foram sanadas. As que ainda não foram sanadas, há um esforço da gestão em fazê-lo, permanecendo no plano de providências da Audint até que haja evidências que as recomendações sejam atendidas.

Da realização da ação que analisou as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Ifal, a Audint identificou os riscos: inexistência ou desatualização de documentos institucionais; ausência da publicação de informações essenciais nos canais de comunicação do Ifal, garantindo o atendimento ao Princípio da Publicidade e às normas que regulamentam a transparência e controle na Administração Pública. Foi ainda verificado que fragilidades no planejamento estratégico e tático das atividades finalísticas podem impactar o atingimento de metas. Atualmente, o Ifal utiliza como mecanismo de controle das atividades acadêmicas, o sistema Sigaa, no qual é possível o registro, o controle e o monitoramento das informações relacionadas aos discentes. O sistema, no entanto, conforme constatado na realização da ação de auditoria, apesar de funcionar a contento, não vem sendo alimentado com dados e informações atualizadas. Se o registro não é feito de forma tempestiva e completa, o risco de as informações não serem confiáveis aumenta. Assim, os relatórios que deveriam nortear as ações da área de assistência estudantil, por exemplo, são inexistentes.

Da realização da ação de gestão de controles de PAD e Sindicâncias, a Audint analisou a Corregedoria do Ifal, quanto à estrutura que a mesma dispõe. Tendo sido verificado que a área apenas recentemente foi implantada no Ifal, os riscos identificados são os decorrentes do momento de estabelecimento ainda inicial, como: inadequação do espaço físico e inexistência de normativos que regulamentem a atividade na instituição. Quanto à utilização de sistemas informatizados para controle dos processos, o sistema utilizado é o sistema da CGU, Siscor (CGU-PAD). Inicialmente haviam 23 processos cadastrados nele, atualmente há 140 processos cadastrados só sistema.

Da realização da ação de auditoria que analisou questões relativas à sustentabilidade ambiental no Ifal, verificou-se que os maiores riscos relativos ao tema referem-se a: inexistência de normativo que estabeleça, de forma clara, as atribuições dos servidores responsáveis pela gestão ambiental, bem como o fluxo dos processos, as rotinas e a divulgação das ações relativas à sustentabilidade ambiental no Ifal. Também não foram encontradas evidências de que os gestores realizaram o planejamento dos campi considerando as atividades mais críticas, estimando a probabilidade de ocorrência e os impactos, caso os riscos ambientais se concretizem, por conseguinte, não há monitoramento e nem avaliação dos indicadores ambientais.

Da realização da ação de auditoria que analisou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), foram identificados riscos relacionados à conformidade dos procedimentos com as normas: não cumprimento dos prazos e ausência de documentos comprobatórios do objetivo das viagens. Também foram identificadas situações em que os valores de passagens escolhidos não foram os de menor preço, configurando risco à economicidade e eficiência.

Da realização da ação de auditoria que teve por objetivo avaliar o alcance das metas institucionais planejadas no PDI 2014-2018 e indicadores de gestão, foi verificado que a própria estrutura do antigo documento de planejamento estratégico oferecia riscos, uma vez que não havia objetividade no apontamento das metas e nem indicação de como seriam monitorados e avaliados os resultados. O documento, quando elaborado, não considerou aspectos quanto ao gerenciamento de riscos – ainda inexistente à época, na instituição.

8. QUADRO DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA AO LONGO DO EXERCÍCIO POR CLASSE DE BENEFÍCIOS

A Auditoria Interna do Ifal, enquanto órgão de assessoria técnica, deve observar a legislação e as instruções normativas do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Federal e da CGU, da qual está sob orientação normativa e supervisão técnica. Assim, a partir do exercício 2019, conforme a Instrução Normativa nº 4, de 11 de junho de 2018, a Audint do Ifal adotou sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da atividade de Auditoria Interna.

No âmbito da Unidade de Auditoria Interna do Ifal, a sistemática tem-se dado em forma de monitoramento, através de um processo simplificado utilizando planilhas de controle, onde são feitos trabalhos específicos de acompanhamento anuais para avaliação das recomendações atendidas pelos gestores, podendo ocorrer análises pontuais quando enviadas documentações ou informações adicionais pelas áreas auditadas.

Especificamente, a partir dos trabalhos realizados em 2019, não foi possível contabilizar benefícios financeiros relevantes, uma vez que as recomendações emitidas pela Auditoria Interna, como pode ser verificado no item 4, contam com baixa implementação imediata. Além disso, diante da não constatação de prática de irregularidades que resultem em prejuízo ao erário, prática de atos de gestão ilegais ou ilegítimos, desfalques ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, os prejuízos mais frequentes são decorrentes de falhas nos controles.

Considere-se que um dos principais benefícios decorrentes da atuação da auditoria interna, portanto, ao longo do exercício 2019 foi o de antecipar à gestão, através da execução de suas atividades, os atos efetivos e os efeitos potenciais, positivos e negativos que ocorrem na instituição, evidenciando melhorias e prevenindo gargalos no desempenho da missão institucional.

Sendo assim, as ações da Auditoria Interna contribuíram, ao longo dos exercícios, para o aprimoramento dos controles internos institucionais, sendo que o benefício trazido pelo aprimoramento desses controles otimiza a execução das atividades operacionais com uma melhor utilização dos recursos, garantindo resultados efetivos, eficazes e eficientes na execução das políticas públicas no Ifal.

Destaca-se que, considerando os conceitos e finalidades indicadas pela literatura sobre a Auditoria Interna, que os benefícios oriundos de seus trabalhos vão além da busca pela melhor alocação de recursos e correções de desperdícios (benefícios financeiros), estando, principalmente, voltados a garantir o cumprimento dos resultados e metas institucionais que impactam em benefícios para toda sociedade (benefícios não financeiros), através da “aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos”, como explicitado na atribuição da Auditoria Interna trazida no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (IN CGU nº 03/2017).

Desta forma, a Audint registrou os abaixo relacionados benefícios, considerando, inclusive, o exercício atual e os dois anos anteriores, como indicado na IN SFC nº 04/2018.

Quadro 5. Benefícios registrados pela Auditoria Interna em decorrência dos trabalhos realizados

Documento da Auditoria	Benefício
Relatório nº 05/2018	Aprimoramento do controle dos dados referentes ao desempenho discente no Campus Arapiraca.
Relatório nº 05/2018	Devolução de valores recebidos indevidamente por discentes no valor de R\$ 3.700,00, conforme processos de devolução nº 23041.002376/2019-96 e 23041.014461/2019-05.
Relatório nº 08/2018	Adequação das impropriedades encontradas anteriormente relativas à ausência do Livro de Ocorrência nas dependências do refeitório do Campus Satuba, bem como quanto à existência de equipamento danificado, bens móveis sem a devida identificação e quanto à tela de proteção com rasgaduras, tendo sido constatado em verificação in loco que foram devidamente corrigidas.
Nota de Auditoria nº 01/2019	Transferência de aparelho de raio-x odontológico do Campus Maceió ao Campus Palmeira dos Índios que tinha interesse no bem.
Nota de Auditoria nº 03/2019	Adequação dos documentos de controle de atividades dos bolsistas do E-Tec.

Fonte: Relatórios de Auditoria

9. ANÁLISE CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE GESTÃO E MELHORIA DA QUALIDADE - PGMQ

Seguindo o indicado no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, aprovado pela IN SFC nº 3/2017, em consonância com a Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF) do Instituto dos Auditores Internos (IIA), o Ifal, por meio da Resolução nº 27/CS/2020, de 31 de outubro de 2019, instituiu o Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna do Ifal. O documento apresentado pela Auditoria Interna e aprovado pelo Conselho Superior da instituição tem o objetivo de estabelecer atividades de caráter permanente destinadas a avaliar a qualidade, a produzir informações gerenciais e a promover a melhoria contínua da atividade de Auditoria Interna do Ifal.

A fim de respaldar o programa de gestão e melhoria de qualidade, esta Auditoria Interna, como parte da sua avaliação interna, aplicou questionário, no modelo eletrônico, aos servidores que atuam na Auditoria Interna, aos gestores auditados e aos membros da alta administração do Ifal. 15 (quinze) participantes avaliaram questões relacionadas

- a) ao alcance do propósito da atividade de auditoria interna do Ifal;
- b) à conformidade dos trabalhos com as disposições da IN SFC/CGU nº 3, de 09 de junho de 2017, da IN SFC/CGU nº 8, de 06 de dezembro de 2017 e com as normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pela Audint do Ifal;
- c) à conduta ética e profissional dos auditores.

Todas as questões elencadas nos questionários aplicados foram retiradas do Guia contendo modelos e orientações do PGMQ, disponibilizado pela CGU no endereço eletrônico <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/pgmq>. Os resultados indicaram como aspectos em que há a oportunidade de melhorias na Audint

- a) A comunicação
- b) O planejamento
- c) Os temas auditados

Além disso, foi utilizada, como metodologia de avaliação interna, o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model – IA-CM) - modelo internacionalmente utilizado que identifica os fundamentos necessários para uma auditoria interna eficaz no setor público e permite gerenciar os relacionamentos nos ambientes internos e externos, a administração e organização das atividades de Auditoria Interna, sobretudo o plano e o funcionamento das auditorias realizadas por cada área, visando à realização de melhorias de forma estruturada, consistente e contínua, para que ao longo do tempo se possa chegar a um nível de capacidade desejada.

Tal modelo é estruturado por meio de uma matriz, a Matriz IA-CM, onde o eixo vertical representa os níveis de capacidade, aumentando de baixo para cima, o eixo horizontal representa os elementos da auditoria interna, e cada célula é denominada KPA (Key Process Areas).

Quadro 6. Modelo de Capacidade de Auditoria Interna do Ifal

Níveis /Elementos	Serviços e Papel da AI	Gerenciamento de Pessoas	Práticas Profissionais	Gerenciamento do Desempenho e Accountability	Cultura e Relacionamento Organizacional	Estruturas de Governança
Nível 5 Otimização	AI reconhecido como agente-chave de mudança	Liderança no envolvimento com órgãos profissionais	Melhoria contínua das práticas profissionais	Relatórios públicos de eficácia	Relações eficazes e constantes	Independência, Poder e autoridade sobre as atividades
		Projeção da equipe	Planejamento Estratégico			
Nível 4 Gerenciado	Asseguração da governança, gestão de risco e controle	AI contribui para o desenvolvimento da gestão	Estratégia de Auditoria alavanca a gestão de risco da organização	Integração de medidas de desempenho qualitativas e quantitativas	AGE assessora e influencia a alta gestão	Supervisão independente da atividade de AI
		Planejamento da mão de obra				AGE reporta-se à autoridade principal
		AI apoia órgãos profissionais				
Nível 3 Integrado	Serviços de assessoramento	Construção de equipes e competências	Arcabouço de Gestão de Qualidade	Informação sobre custos	Componente integral da equipe de gestão	Supervisão gerencial da atividade de AI
	Auditorias de desempenho	Staff profissionalmente e qualificado	Plano de Auditoria baseados em risco	Medidas de Desempenho	Coordenação com outros grupos de revisão	Mecanismos de financiamento
		Coordenação da força de trabalho		Relatórios de gestão		
Nível 2 Infraestrutura	Auditorias de Conformidade	Desenvolvimento profissional individual	Arcabouço de processos e práticas profissionais	Orçamento operacional de AI	Gerenciamento dentro da atividade de AI	Acesso total às informações, ativos e pessoas da organização
		Pessoas preparadas são identificadas e recrutadas	Plano de Auditoria baseado nas prioridades da gestão e dos stakeholders	Plano de Negócios de AI		Fluxo de relatórios de auditoria estabelecido
Nível 1 Inicial	Ad hoc não estruturadas; auditorias isoladas ou revisão de documentos e transações com finalidade de aferir conformidade; produtos dependem de habilidades específicas de indivíduos que estão nos cargos; ausência de práticas profissionais estabelecidas; falta de estrutura; falta de capacidade; inexistência de KPAs.					

Não avaliado	Pode ser institucionalizado.	Em desenvolvimento	Institucionalizado
--------------	------------------------------	--------------------	--------------------

Diante dos resultados obtidos das avaliações internas, e da autoavaliação na Matriz IA-CM, foram identificadas oportunidades de melhorias na Unidade de Auditoria Interna do Ifal: na comunicação dos trabalhos; na apresentação dos critérios de avaliação a serem utilizados nos trabalhos; com relação aos prazos; com relação à relevância dos temas, e; com relação ao gerenciamento das atividades.

Buscando avançar quanto a qualidade dos serviços que executa, a Auditoria Interna do Ifal planeja implantar, em 2020, uma série de ações com a perspectiva de melhorar nos aspectos acima apontados, tendo como meta a melhoria da percepção dos stakeholders e a institucionalização de todos os KPAs do nível 2.

Ação 1. Implantar a cultura de realização de reuniões presenciais ou por videoconferência com os gestores e auditados, a fim de estreitar a articulação com a apresentação pormenorizada das ações de auditoria que serão desenvolvidas, indicando o objetivo, escopo, critérios a serem avaliados, bem como o cronograma. Além disso, deverão ser realizadas reuniões no encerramento desses trabalhos, indicando os maiores riscos identificados e discutindo o teor das recomendações, buscando aprimorar o reporte dos resultados dos trabalhos.

Ação 2. Pesquisar métodos e formatos de comunicação do trabalho que aliem sustentabilidade e eficácia na comunicação.

Ação 3. Elaborar a Política de Desenvolvimento de Competências da Unidade de Auditoria Interna do Ifal, estabelecendo as orientações e diretrizes para o processo de desenvolvimento de competências profissional dos servidores da Audint, possibilitando a definição de estratégias de aprendizagem de acordo com as necessidades dos serviços e de forma integrada às estratégias da Instituição.

Ação 4. Integrar toda a equipe nos temas auditados, realizando reuniões setoriais periódicas para troca de experiências e compartilhamento de conhecimento.

Ação 5. Aprimoramento da metodologia de elaboração do planejamento da Auditoria Interna considerando a política de gerenciamento de riscos da instituição e as percepções e necessidades da alta administração.

Ação 6. Revisar e adequar os normativos institucionais de Auditoria Interna e aprimorar seus papéis de trabalho, mantendo-os padronizados, atualizados e de acordo com a legislação vigente, inclusive, preferindo as alternativas sustentáveis, como documentos em formato eletrônico, para reduzir a utilização de processos físicos.

Ação 7. Aprimorar a metodologia de monitoramento das recomendações emitidas, estudando suas fragilidades e trabalhando para mitigá-las, de forma a tornar o monitoramento mais efetivo.

Ação 8. Realizar levantamento das competências da equipe de Auditoria, identificando talentos e/ou necessidades de capacitação, priorizando aquelas necessárias para realização das atividades previstas.

Ação 9. Implantar a Sistemática de Quantificação e Registro dos Resultados e Benefícios Financeiros e Não Financeiros da Atividade de Auditoria Interna, para atender o conteúdo da IN 04/2018 da CGU.

Ação 10. Desenvolver arcabouço de processos de gestão de desempenho e accountability que inclua medidas de desempenho, monitoramento e relato, um sistema de informação de custos compreensivo, e relatórios importantes para a tomada de decisões da Gestão com resultados de desempenho e informações financeiras.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relatório buscou, considerando os elementos mínimos exigidos pela norma que o regulamenta, demonstrar como se deu o trabalho desenvolvido pela Auditoria Interna do Ifal no ano de 2019.

É perceptível, ao comparar com Raints de anos anteriores, que, assim como toda a Administração Pública, o Ifal e a Audint têm adotado metodologias e técnicas de gestão que buscam avançar na gestão dos riscos para o alcance dos objetivos institucionais. O próprio planejamento das atividades da Auditoria Interna, como é possível verificar no Paint 2020 aprovado pelo Consup do Ifal, assim como o PGMQ, tem buscando a progressiva melhoria da atuação junto aos gestores e à sociedade.

Como é possível verificar, ainda, 2019 foi um ano atípico, com diversos fatos que impactaram na execução do que fora planejado. A Audint, no entanto, empenhou-se em realizar todos os trabalhos previstos com o máximo de qualidade e zelo, como pode ser verificado nos resultados em formato de relatórios.

Há, contudo, a oportunidade em implantar melhorias no desenvolvimento das ações, bem como na comunicação e no monitoramento - sobretudo no registro dos benefícios. Medidas para tal já estão previstas para serem desenvolvidas em 2020.

Maceió, 30 de março de 2020

Equipe Técnica

Adriana Lins de Gusmão Vila Nova

Jefferson Gerlânio do Nascimento

José Emiliano dos Santos

Silvana Kelly Coimbra Peixoto

Sócrates Mesquita Bomfim

Chefe da Auditoria Interna do Ifal

Marília Cristyne Souto Galvão Barros Matsumoto